

Na *Fenomenologia do Espírito* de Hegel, o mundo grego representava o momento da bela harmonia ética, da eticidade imediata segundo o movimento do Espírito. Isso porque na sociedade grega os cidadãos viviam a totalidade da polis, com as leis divinas, guardadas pela família e pelo culto aos mortos, e as leis humanas, protegidas pelo Estado. A família sustentava o ser político da Cidade, ao enviar novos indivíduos para a comunidade ética e para a guerra; a Cidade garantia a perpetuação da existência familiar, pela devolução dos mortos às suas famílias. Nesse sentido, o morto era sagrado, o símbolo do culto familiar aos antepassados. Nisto implica a decisão de Antígona em sepultar seu irmão, contrariando a vontade de Creonte, instituída na forma de lei positiva. Para Antígona sepultar seu irmão era um dever ético, o dever de guardar a lei divina. Antígona protegia tanto a religião como o ser familiar contra a opressão política de Creonte. Como resultado rompe-se a bela harmonia ética, ao atacar a lei humana e reclamar a lei divina como verdade imutável deste mundo, Antígona condena, conforme sua vontade subjetiva, a inferioridade do decreto jurídico de Creonte em relação às leis eternas e antigas da comunidade ética. Não obstante, permanece sendo uma vontade subjetiva, porque foi uma decisão interior de um só indivíduo. Podemos ver em Antígona o início de um julgamento moral, não ainda aquele que será perpetuado na forma da moralidade cristã, mas o julgamento moral, essencialmente subjetivo, em que o indivíduo, conforme unicamente sua interioridade, reclama para si o direito. O objetivo é analisar o movimento interior da Antígona, observada na primeira parte da seção do Espírito da *Fenomenologia*, atentando para já nesse momento haver uma relação com a Moralidade, segundo momento da *Filosofia do Direito*. Utilizar-se-á o método indutivo, através de pesquisa bibliográfica.